

Gestão e Transparência na Administração Pública: um estudo da Escola Municipal Belarmino Pinto no Município de Itiúba – Bahia**Management and Transparency in Public Administration: a study by the Municipal School Belarmino Pinto in the Municipality of Itiúba – Bahia**

DOI:10.34117/bjdv6n10-314

Recebimento dos originais: 08/09/2020

Aceitação para publicação: 15/10/2020

José Fernando de Oliveira

Mestre em Educação pela Universidad Americana – PY

Professor do Município de Itiúba - BA

Endereço: Rua dos Artistas, 28, Itiúba - BA

E-mail: oliveirajfernando@hotmail.com

Débora Araújo Leal

Pós Doutora em Docência Universitária pelo IUNIR-AR

Coordenadora Pedagógica em Feira de Santana-BA e Professora do Instituto de Educação Social e Tecnológico da Bahia

Endereço: Rua Professora Iacy Lopes Amorim, CP: 01, Centro, Santo Estevão-BA

E-mail: delleal8@hotmail.com

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo a análise da Gestão Participativa do Colégio Municipal Belarmino Pinto, situado na sede do Município de Itiúba. Cabe ressaltar que a gestão transparente, democrática e participativa associada ao aprimoramento da eficiência e da qualidade da educação tem sido uma poderosa força estimuladora no processo de mudanças na forma de gerir escolas no Brasil. Assim, realizou um estudo de caso, sendo que a pesquisa escolhida foi do tipo descritivo, com abordagem qualitativa. Os resultados apresentados revelaram que há transparência e participação nas ações e atividades dessa escola, os agentes escolares participam do planejamento das ações administrativas, da execução, aplicação e prestação de contas dos recursos financeiros da escola, bem como da elaboração do Projeto Político Pedagógico, nos planos de ação em relação aos objetivos, metas e estratégias, o que fortalece o processo de ensino-aprendizagem.

Palavras-chave: Gestão, Transparência, Participação, Educação.**ABSTRACT**

This article aims to analyze the Participative Management of Colégio Municipal Belarmino Pinto, located in the seat of the Municipality of Itiúba. It should be noted that transparent, democratic and participatory management associated with improving the efficiency and quality of education has been a powerful stimulating force in the process of changing the way schools are managed in Brazil. Thus, it carried out a case study, and the chosen research was of the descriptive type, with a qualitative approach. The results presented revealed that there is transparency and participation in the actions and activities of this school, school agents participate in the planning of administrative actions, in the execution, application and accountability of the school's financial resources, as well as in the elaboration of the Pedagogical Political Project, in action plans in relation to the objectives, goals and strategies, which strengthens the teaching-learning process.

Keywords: Management, Transparency, Participation, Education.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo trata-se de um estudo da transparência na gestão pública, a partir de uma análise específica de uma Escola da rede Municipal de Itiúba, o Colégio Municipal Belarmino Pinto. Pressupõe-se que os princípios que regem a administração pública e que se encontram consolidados hoje no Brasil, em uma vasta legislação, precisam ser atualizados em todos os espaços públicos, e em todas as modalidades, seja no Executivo, Legislativo, Judiciário.

Além de que, há instâncias menores e nem por isso menos importantes, em que a questão pública é basilar e, assim, precisa ser percebida. Refere-se, neste caso, aos microespaços, dentro dos macroespaços, que são células e núcleos onde a gestão pode e deve ser encaminhada inclusive como verdadeiros laboratórios, capazes de apresentar saídas e planejamentos frente a instâncias maiores com as quais interagem.

Essa foi a lógica que nos levou, dentro da realidade de um município, a eleger um espaço restrito, a fazer um recorte a partir da gestão de um estabelecimento escolar, no qual atuo como docente e co-construtor daquela história administrativa. Trata-se, pois da realização de um estudo de grande relevância, em que a administração pública municipal é analisada a partir de uma de suas células. Direta ou indiretamente, é discutida a gestão pública municipal, no recorte que se expõe. A maior preocupação é perceber até que ponto um espaço privilegiado, de circulação de saberes e de compromisso com a questão pública, revela-se comprometido com a ética do controle social e da transparência que se almeja e que vem sendo construída em suportes legais e em experiências exitosas de gestão.

Dessa forma, foi definido como objetivo geral: Descrever o processo de gestão do Colégio Municipal Belarmino Pinto a partir dos conceitos correntes relativos à participação, controle social e Transparência. E como Objetivos Específicos: Observar se colégio Municipal Belarmino Pinto apresenta-se como um espaço de gestão pública, participativa e transparente e se afeta o processo de gestão, na cidade de Itiúba na Bahia; Identificar como os sujeitos concebem o caráter participativo inerente à gestão do patrimônio público; e Pontuar em que medida os princípios de uma gestão pública transparente e participativa são consolidados nos projetos administrativos e Político Pedagógico da Escola.

2 O ESPAÇO DE GESTÃO PÚBLICA, PARTICIPATIVA E TRANSPARENTE AFETA O PROCESSO DE GESTÃO, NA ESCOLA MUNICIPAL BELARMINO PINTO NA CIDADE DE ITIÚBA NA BAHIA

O Brasil viveu um longo período que pode ser chamado de “irresponsabilidade administrativa”. Sem planejamento, sem acompanhamento e controle, a gestão da Coisa Pública se dava a bel-prazer e a depender de gestores que tratavam a coisa pública como se fosse algo privado, ao sabor de decisões que sempre resultaram em prejuízo à sociedade como um todo. A Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101) alterou substancialmente o quadro administrativo do país a partir do ano 2000.

Os direitos dos cidadãos vêm sendo definidos ao longo dos séculos e transcritos para as constituições de diversos segmentos. No Século XVIII, foram definidos os direitos civis, no Século XIX, os direitos sociais e, a partir do Século XX até os dias atuais, busca-se definir um terceiro tipo de direito básico dos cidadãos: os direitos públicos.

Em 1995, elabora-se no Brasil uma reforma administrativa do Estado, começa-se, então, a modernizar a estrutura administrativa lançando-se no mercado a implantação de ferramentas de comunicação identificado como “Governo Eletrônico”. Em 2009, aprova-se a chamada lei de transparência, a Lei complementar nº 131 que obriga a União, os Estados e Municípios com mais de 100 mil habitantes a partir de 2010 a apresentar de forma transparente, todas as suas despesas, manter e atualizar portais de transparências de seus gastos públicos.

Em 2011, os municípios com população entre 50 a 100 mil habitantes deveriam se adequar a lei de Responsabilidade Fiscal e Município menores com até 50 mil habitantes deveriam dispor de um prazo maior esgotado em maio de 2013. Espera-se, com isso, que a efetiva importância e contribuição da transparência fiscal da União, Estados e Municípios abranja, mesmo que de forma tímida, a tão sonhada consolidação democrática almejada pelos brasileiros. Tal lei de acesso à informação pública é uma das ferramentas de fundamental importância para ampliação do controle sobre a máquina pública.

Observa-se, entretanto, que apesar de todos os esforços legislativos e eventuais pressões sociais, ocorridos ultimamente, com o intuito das divulgações de informações se tornarem obrigatórias por parte dos governos, deve-se atentar que tais atos acima mencionados não caracterizam a transparência dos atos de seus Gestores Públicos.

Conclui-se, que existe uma diferença prática e conceitual entre Transparência Fiscal, que é a ação de disponibilizar as informações que, além de serem confiáveis, façam sentido para o público-

alvo, nesse caso, para os cidadãos. (Scheffer, 2007). E publicidade fiscal compreendida como o ato de tornar pública as informações do ponto de vista de quem a fornece e não de quem as recebe.

A sociedade brasileira, em diversos momentos da história, vem presenciando conflitos de interesse na relação escola e sociedade, pois durante sua atuação verifica-se disparidades entre interesses dos Governantes e dos Gestores. Neste sentido, (Bartnik, 2011) destacam que elaborar orçamentos e balanços públicos transparentes e com mecanismos de fiscalização adequados possibilita a priorização de políticas públicas, aumenta a credibilidade dos Governo; limita a corrupção e o gasto desnecessário, melhora a liquidez e facilita o acesso aos mercados financeiros.

Costa (2005) afirma que Negócio Público é o negócio do povo. O povo tem direito de saber. Liberdade de informação é o seu único patrimônio. Sem ela, os cidadãos de uma Democracia teriam meramente mudado seus reis. Por outro viés, muito são as dificuldades dos setores educacionais nos dias atuais, a iniciar pelos obstáculos no acesso a uma informação de qualidade para os gestores educacionais e a dissociação que existe entre sociedade globalizada dificultando, assim, possíveis divulgações, o acompanhamento dos gestores ao longo do processo administrativo, o controle e atualização desses portais de transparência.

Costa (2005) destacam, entretanto, que, no contexto interno, os políticos normalmente não possuem incentivos para adotar práticas fiscais mais transparentes e sugerem que tal fato se deve a algumas razões: políticos em busca de oportunidades fáceis não desejam ser monitorados, maus políticos não desejam ser distinguidos dos bons políticos, espírito de reeleição incentiva os gestores a elaborar, melhorar a governança no setor público e, como consequência, diversas ações têm sido implementadas visando promovê-las, tanto nos governos nacionais como subnacionais.

Destaca Farfus (2008) que deve ser definidos para uma gestão transparente e eficiente por meio de políticas públicas e projeto político pedagógico que sejam abrangentes e utilizem um sistema automatizado e integrado, com estrutura legal conhecida por todos, baseada em planos plurianuais abertos à sociedade civil.

Hoje acadêmicos e profissionais do mundo inteiro admitem que a transparência fiscal nas operações é uma condição importante para a sustentabilidade macroeconômica, a boa governança, a retidão fiscal dos gastos públicos seja utilizados de forma inadequadamente, prejudicando o processo ensino-aprendizagem da comunidade escolar é necessário controle e acompanhamento dos gestores ao longo do processo administrativo, pois é um direito do cidadão.

A necessidade de uma gestão transparente na organização e na gestão escolar é cada vez mais assumida como uma condição indispensável ao processo de desenvolvimento e melhoria do desempenho educacional. A consecução desse objetivo passa necessariamente pelo envolvimento

da comunidade da escola (que são os alunos, os professores e os outros funcionários) e da comunidade educativa, que envolve a própria comunidade escolar, as famílias, as associações, as ONG'S e entidades privadas, as Câmaras Municipais entre outras organizações, no processo ensino/aprendizagem com o intuito de atingir uma maior eficácia escolar.

No entanto, em diversos momentos da história da sociedade, no âmbito de atuação da escola, pôde-se verificar que nem sempre houve alinhamento entre os interesses dos governantes e dos gestores. Essa constatação encontra evidências também na Bahia, dado que a sociedade brasileira em diversas oportunidades presenciou conflitos de interesses na relação entre escola e sociedade. Tanto acadêmicos como profissionais veem a transparência fiscal nas operações como uma condição importante para a sustentabilidade macroeconômica, a boa governança, e retidão fiscal dos gestores em geral.

A escolha desta temática evidencia-se pela vontade de conhecer os processos de gestão, na Escola Municipal Belarmino Pinto, tendo em conta que essa é a chave do desenvolvimento e atualmente considerado sinônimo de responsabilidade, eficiência, eficácia, produtividade e acima de tudo um instrumento auxiliar na tomada de decisão. Daí que ao investigar essa problemática, pode-se perceber se estão presentes o acompanhamento e controle da gestão, bem como a sua transparência no setor da educação está sendo utilizada, uma vez que é através da gestão transparente que se garantem os avanços necessários ao próprio processo ensino-aprendizagem.

2.1 GESTÃO DEMOCRÁTICA/GESTÃO PARTICIPATIVA

A participação dá às pessoas a oportunidade de controlar a transparência no trabalho, sentirem-se autoras e responsáveis pelos seus resultados, construindo, portanto, sua autonomia. Ao mesmo tempo, sentem-se parte orgânica da realidade e não apenas um simples instrumento para realizar objetivos institucionais, superando, assim, o exercício do poder individual e de referência, centrado na unidade social escolar como um todo. Libâneo (2004) apresenta uma visão global do conceito gestão participativa.

A participação é o principal meio de se assegurar a gestão democrática da escola, pois possibilita envolvimento de profissionais e usuários no processo de tomada de decisões e no funcionamento da organização escolar. Além disso, proporciona um melhor conhecimento dos objetivos e metas da estrutura organizacional e de sua dinâmica, das relações da escola como comunidade e favorece uma aproximação maior entre professores, alunos e pais. O planejamento escolar democrático implica não só a participação na gestão, mas a gestão da participação, em função dos objetivos da escola. (LIBÂNEO, 2004, p.12)

Pode-se definir a Gestão de Pessoas como a função da organização que está relacionada com a provisão, escolha, manutenção, desenvolvimento, comprometimento e dispensa de colaboradores,

administrada de tal modo que contribua para o alcance dos resultados desejados e, ao mesmo tempo, assegure a qualidade de vida dos seus colaboradores.

Segundo Chiavenato (1999),

A administração deve ajudar e possibilitar a gestão proporcionando condições de reflexão sobre a importância da função no contexto organizacional, alinhando os conhecimentos e ideias do grupo sobre a função. Possibilita também identificar ações que influem na motivação e comprometimento da força de trabalho com os resultados, identifica os principais processos da gestão, orienta para o cumprimento da missão e dos resultados organizacionais, diferenciar processos, práticas e políticas de gestão; contribuindo para melhorar o negócio da empresa. (CHIAVENATO, 1999, p. 13)

A Gestão de Pessoas tem muita importância porque é no interior das empresas que passamos a maior parte de nossas vidas. Compreende-se então, que a participação pode ser entendida como a ideia de agir em conjunto, podendo ser, o envolvimento dos funcionários numa organização nas tomadas de decisões. A escola encontra-se, hoje, no centro de atenções, isto porque, se reconhece que a educação, na sociedade, constitui grande valor estratégico para o desenvolvimento da humanidade. Essas mudanças fazem com que o gestor assuma um papel importante nesse processo, visando à organização da escola, com recursos para a promoção de experiências na formação de seus alunos, tornando-os cidadãos participativos na sociedade.

Assim, a gestão participativa preocupa-se em promover um clima de amor, de fraternidade e de diálogo, que alimente o convívio, não só entre os professores, mas desses com seus alunos, procurando estabelecer comunhão e compromisso. Propicie integração e coesão, isto é, a vivência da comunhão entre o grupo de educadores, podendo, assim, estabelecer atividades integradas, tais como: partilhadas, debates, reflexões sobre textos específicos, confraternizações, amigo secreto, manhãs ou tardes de formação, atividades coletivas, sempre com vistas a criar e a desenvolver um clima integrador e dialógico.

A gestão participativa determina uma atitude gerencial de liderança, que busque o máximo de cooperação das pessoas, reconhecendo as capacidades e o potencial diferenciado de cada um e harmonizando (unir) os interesses individuais e coletivos, a fim de conseguir uma sinergia das equipes de trabalho.

Por outro lado, a participação ainda é, muitas vezes, limitada, controlada e puramente formal. A estrutura técnica se sobrepõe aos indivíduos envolvidos e o poder e autoridade se instalam de forma sutil, com obediência, dentro de uma perspectiva clássica de administração escolar que repudia a participação, o compartilhar ideias, a liberdade para expressar-se, a deliberação de decisões e o respeito às iniciativas.

A questão do controle ainda é muito forte, e mesmo sabendo que o poder e a autoridade em determinadas circunstâncias são necessários dentro de uma organização escolar para intermediar, viabilizar ações criativas com o propósito de melhorar, em contrapartida, depara-se com um controle rígido, um descompromisso e muita pouca participação da comunidade escolar, a exemplo de professores, pais, funcionários, lideranças de bairro no processo da gestão escolar, causando, assim, acomodação onde as pessoas não se mobilizam para nada e ficam alheias, esperando sempre serem orientadas ou então aceitando passivamente tudo que venha das “autoridades competentes”, sem quer que seja nenhum questionamento crítico construtivo.

Logo, observa-se que a questão do controle, do poder aprisionado nas mãos de diretores e superiores ainda é prática constante. Administrar escolas é tarefa árdua, porém, dentro dos moldes do autoritarismo, revive-se então, traumas antigos em que a sociedade se mostra ainda fragilizada, com medo, sem liberdade de se expressar e covardemente cedendo lugar às ideologias.

Percebe-se então, uma gestão voltada para ações na verdade, reprodutoras de uma sociedade infelizmente alienada e passiva, ditando regras e não estabelecendo uma relação dialógica ideal com os envolvidos de ordens, alegando na maioria das vezes cumprirem determinações que lhes vem de cima não proporcionando assim, momentos para discussão..Todas as iniciativas de política educacional, apesar de sua aparente autonomia, têm um ponto em comum; O empenho em reduzir custos, encargos e investimentos públicos, buscando senão transferi-los e / ou dividi- los, com a iniciativa privada e organizações não governamentais. (FARFUS, 2001, p. 34).

Uma gestão participativa verdadeira requer cooperação, compartilhamento de informações e de confiança para delegar dando autonomia individual e coletiva para atingir metas. Assim, as pessoas tomam posse dos desafios e dos processos (técnicos) de trabalho dos quais participam, tomam decisões, criam, inovam e dão à organização um clima saudável.

Em suma, é evidente que ainda há uma grande persistência dos mecanismos tradicionais em relação aos direitos da coletividade sendo importante enfatizar que nem sempre o conhecimento científico-tecnológico significa melhoria, podendo muitas vezes significar degradação.

Assim, uma vez implantada uma gestão participativa um dos resultados alcançados, resulta provavelmente que a empresa conseguirá mudança na sua relação com os empregados: em que de uma relação empregatícia para uma relação de parceria. A participação na vida organizacional contribui não só para o desenvolvimento pessoal dos funcionários como também para a eficiência e a eficácia da organização.

Percebe-se, com isso, que a participação é melhor meio de assegurar a gestão participativa da escola, possibilitando o envolvimento de toda a comunidade escolar na tomada de decisões e no

funcionamento da organização escolar. Proporciona um maior conhecimento dos objetivos e metas, da estrutura organizacional e das relações da escola com a comunidade.

Dessa forma, se a gestão compartilhada está alicerçada nos princípios da participação colegiada, por meio da formação de conselhos municipais ou escolares e nem sempre consegue atingir o objetivo de oferecer uma educação com qualidade social. Na medida em que o compartilhamento incide fortemente na solicitação de verbas para cobrir os gastos destinados à melhoria das condições físicas da escola em contrapartida, o compartilhamento nas decisões sobre as questões pedagógicas é quase inexistente, sem interferência positiva na qualidade do processo de ensino aprendizagem.

Já a gestão democrática aponta para uma convivência social construída historicamente pela participação de todos e tem na escola um espaço privilegiado para a aprendizagem da democracia, de forma planejada e organizada, em benefício do bem comum. Embora a utopia da gestão democrática esteja prevista em lei e no discurso da grande maioria dos educadores, há muito ainda a fazer: compreender o sentido amplo da democracia, reforçar o movimento de luta pela qualidade do ensino, ampliar as práticas que possibilitam a participação de todos, programar programas de formação continuada, entre outras mediações.

3 METODOLOGIA

O método utilizado foi desenvolvido com uma abordagem qualitativa a partir de uma especulação investigativa e percepção dos dilemas da análise de transparência no Colégio Municipalizado Belarmino Pinto. Esta pesquisa visa a compreensão do ponto de vista dos indivíduos envolvidos chamando a atenção para o mundo emocional e sensível apoiada em bases bibliográficas com intuito de alcançar os objetivos propostos permitindo a futuros pesquisadores uma relação dinâmica e constante com os sujeitos aproximando – os do verdadeiro objeto de investigação proporcionando assim, o entendimento das ações práticas do sujeito.

Segundo Mattar (2001, p. 23), a pesquisa descritiva, na elaboração das questões da pesquisa, exige um profundo conhecimento do problema a ser pesquisado. “O pesquisador precisa saber exatamente o que pretende com a pesquisa, ou seja, quem (ou o que) deseja medir, quando e onde o fará, como o fará e por que deverá fazê-lo”. Já para Gil (2008), a pesquisa descritiva busca descrever as características de determinadas populações ou fenômenos. Uma de suas peculiaridades está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, como o questionário, a observação sistemática e entrevista, nesta pesquisa lançou-se mãos destes três instrumentos.

Desta maneira, a interpretação dos resultados surge com a totalidade da especulação investigativa e percepção dos dilemas da análise de transparência no Colégio Municipal Belarmino Pinto. A abordagem qualitativa, por outro lado, visa a compreensão do ponto de vista dos indivíduos envolvidos chamando a atenção para o mundo emocional e sensível, apoiada em bases bibliográficas com o intuito de alcançar os objetivos propostos permitindo a futuros pesquisadores uma relação dinâmica e constante com os sujeitos aproximando-os do verdadeiro objeto de investigação, proporcionando, assim, o entendimento das ações práticas do sujeito.

Vale ressaltar que o paradigma do presente estudo, de natureza qualitativa, surge nas ciências humanas e sociais, em que se inclui a educação, como reação aos postulados positivistas, esses priorizando excessivamente a racionalidade técnica, cientificista.

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Quanto à visão da diretora da escola com referência à participação dos professores, dos alunos e das famílias em relação à vida escolar, é qualificada como deficiente. Há uma tímida participação dos professores na gestão e nas atividades da escola; os alunos estão quase sempre alheios àquilo que se passa a nível da direção e os pais e encarregados de educação nem sempre aparecem. Mas, afirma que durante o tempo que está à frente da escola tem tentado, com muito esforço, tornar mais ativa a participação, principalmente no que diz respeito à gestão pedagógica.

Percebe-se aqui a ausência de uma institucionalização da gestão participativa. O voluntarismo revelado, leva à percepção que a garantia de uma gestão democrática está na cultura criada em torno de conselhos representativos, que possam sentar à mesa com os gestores. Não se fala de Grêmios Estudantis, de gestão partilhada, de Conselho de Escola, de Conselho de Pais. Isto provoca sem dúvida um processo individualizante de gestão, uma gestão não compartilhada.

Quanto à visão dos professores em relação à gestão participativa e transparente, inicialmente, procurou-se saber se os objetivos, as metas, as estratégias e os planos de ação são definidos conjuntamente, todos responderam que esta é uma das exigências do mundo moderno, trabalho em equipe, qualquer organização que queira ter sucesso, é aconselhável o seu uso, onde cada membro da organização se comprometa com os resultados da mesma. A gestão participativa tem essa ideia de trabalhar em conjunto para alcance dos objetivos definidos.

Ao se verificar se todos sabem medir e avaliar o resultado do seu trabalho, setenta por cento responderam que para ser desenvolvido, medido e avaliado é necessário que haja uma rotina organizada, levando em consideração a planificação e o controle sistemático dos resultados

alcançados, podendo assim, programar correções sempre que necessário, enquanto que trinta por cento não se posicionaram.

Questionando-se sobre se na escola a gestão é participativa e transparente, todos responderam que a gestão é boa e todos participam contribuindo para desenvolver um bom relacionamento entre os agentes diretivos, os professores, e funcionários da escola sendo que esta é a melhor forma de gestão, porque as decisões são partilhadas e assumidas por todos.

Quando se procurou saber acerca das vantagens da gestão participativa e transparente, todos abordaram que a mesma traz melhoria da qualidade do ensino; redução das burocracias; melhoria dos processos de gestão; maior integração, maior envolvimento da comunidade educativa na vida escolar, conseqüentemente melhor preparação dos alunos para a vida ativa.

Aleém da abertura e aproximação das escolas; distribuição das atividades; permissão da democracia interna; permissão do envolvimento de todos, o que é vantajoso tanto para a escola como para os alunos; ascensão de responsabilidades de todos com o funcionamento da escola; alcance de metas com maior eficiência; melhor aplicação das estratégias e dos planos de ação; mais ideias, maior contribuição, o que promove a melhoria e cada vez mais sucesso; maior transparência e melhor relacionamento interpessoal; melhoria do controle e da rentabilidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a amplitude do tema, foi eleita como espaço específico de abordagem o recorte de uma escola municipal, como uma instituição pública que, pela excelência de seus propósitos, desenvolve interessantes processos de gestão, levando a cabo as exigências legais e lógicas de uma instituição comprometida com a coisa pública. Nesse sentido, foi o propósito também desse estudo tentar compreender o cotidiano da escola escolhida e pesquisar até que ponto ela está diante de processos criativos e promissores de construção de uma gestão pública democrática, partilhada e transparente. Assim, dando destaque a uma observação mais minudente quanto à pesquisa realizada, analisando as devidas participações, constata-se que ela não é, em grau maior, efetivada na referida Escola.

Observou-se, por outro viés, que o projeto político pedagógico da escola é elaborado pelos agentes educacionais, se bem que somente parte desses segmentos participam, por outro lado os segmentos internos e externos da escola têm acesso ao planejamento das ações, da execução, aplicação e prestação de contas dos recursos financeiros administrados pela escola, por outro lado, é confirmado o apontado pela diretora, ao analisar-se os sítios municipais de domínio próprio do município, e se comprovar que a escola em estudo não possui site oficial.

Os pais e encarregados de educação não participam da vida da escolar como deveriam; os alunos não estão sensibilizados a participarem de forma ativa das atividades desenvolvidas pela escola; algumas decisões não são tomadas em conjunto; as atividades realizadas para integrar a comunidade são muito reduzidas; a participação na elaboração dos projetos ainda é reduzida tanto por parte dos professores, como pelos outros funcionários; os pais e encarregados de Educação não participam nas reuniões do conselho deliberativo, com a frequência desejada; os órgãos de gestão da escola têm funções e atribuições bem definidas, entretanto algumas as cumprem e outras nem tanto.

A participação das famílias na escola é reconhecida pelos vários inquiridos como ajuda para melhorar o seu funcionamento e esta, por sua vez, não ajuda também as famílias a encontrarem formas positivas de orientar os seus filhos de modo a que possam progredir nos estudos e na vida futura. De outra forma, nota-se que a escola está atenta a prática de uma gestão escolar transparente e participativa.

Compovou-se que existe um envolvimento dos professores nos planos de ação em relação aos objetivos, metas e estratégias, o que tem efeito no proceso de ensino-aprendizagem, assim, da parte dos profesoress há uma preocupação quanto ao bom funcionamento da escola. Por todos os aspectos apresentados, verifica-se a importância de o município promover continuamente uma administração participativa na referida escola e em outras unidades de ensino, já que esta é uma filosofia que valoriza a participação das pessoas no processo de tomada decisões sobre diversos aspectos da administração das organizações.

REFERÊNCIAS

BARTNIK, Helena Leomir de Souza. Gestão educacional. Ed.1. Curitiba: Ibope, 2011.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei n. 9394/96. Brasília, DF: MEC, 1997.

BRASIL. Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009. Acrescenta dispositivos à Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Brasília, DF: 2000.

BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Brasília, DF: 2000.

COSTA, Maria Cristina Castilho. Sociologia: Introdução à ciências da sociedade. 3 edição revista e ampliada - São Paulo: Moderna, 2005.

CHIAVENATO, Idalberto. Teoria geral da administração. 6 edição. Editora CompuzLTda. Rio de Janeiro, 1998.

FARFUS, Daniele. Gestão escolar: teoria e prática na sociedade globalizada. 2. ED. CURITIBA. IBPEX, 2008.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 1999.

LIBÂNEO, José Carlos. Organização e gestão da Escola: Teoria e Prática. Ed. 5 Goiânia: Alternativa, 2004.

MATTAR, F. N. Pesquisa de marketing. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2001.